

JT
16/7/97 17A
36

O primeiro projeto de exploração sustentada da floresta amazônica posto em prática pelo governo brasileiro tem sido muito criticado por ambientalistas. Apesar de possuir cerca de um terço das florestas tropicais do mundo, o Brasil só detém 4% dos US\$ 10 bilhões anuais movimentados pelo comércio mundial de madeiras tropicais. A intenção do governo é explorar economicamente a região e ao mesmo tempo frear o desmatamento. Por isso, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) anunciou que está fazendo uma licitação para a exploração de uma área de 5 mil hectares entre Belterra e Santarém, no Pará, durante cinco anos.

A Amazônia, atualmente, produz 60 milhões de m³ de madeira por ano. Estima-se que a região amazônica brasileira tenha recursos naturais avaliados entre US\$ 225 milhões e US\$ 315 milhões. O problema é que cerca de 80% da madeira extraída da Amazônia resulta de ações ilegais e predatórias, que não são feitas de forma racional, com altos índices de desperdício (60% a 70% da madeira).

PRIVATIZAÇÃO DA AMAZÔNIA É CRITICADA

Governo faz licitação para explorar 5 mil hectares no Pará

Para o coordenador do Programa Amazônia da entidade Amigos da Terra e consultor do Banco Mundial, Roberto Smeraldi, o prazo de cinco anos da concessão é absurdo. A regeneração das árvores da região (espécies como andiroba e tabiuba) leva de 30 a 35 anos, segundo Smeraldi. "Não faz sentido oferecer um prazo de concessão inferior ao ciclo de crescimento de uma árvore."

O processo enfrentará também a

resistência das comunidades locais que desenvolvem a agricultura na região. Na semana passada, uma missão do Banco Mundial visitou a região e recebeu um manifesto da população contra o projeto.

A organização de meio ambiente Greenpeace e o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) também são contra o projeto: "Enquanto não se melhorar a fiscalização da derrubada de madeira na Amazônia, medidas desse tipo são perfumaria", criticou o dire-

tor-executivo do Greenpeace no Brasil, Roberto Kishin.

Gabeira diz que, em princípio, a idéia é boa, mas teme que o projeto acabe contribuindo ainda mais para a destruição da Amazônia por falta de fiscalização.

O presidente do Ibama, Eduardo Martins, ao anunciar a concessão dos 5 mil hectares anteontem, no Rio de Janeiro, afirmou que o instituto está fazendo esforço para melhorar o controle de atividades extrativistas na floresta amazônica, com a ajuda dos aparelhos que vão ser usados no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). "A idéia de que é preciso muita gente para fiscalizar é um mito. Na verdade, precisamos de tecnologia."

As próximas florestas nacionais a serem áreas cedidas para exploração da iniciativa privada serão a do Jamarí (250 mil hectares) e a do Bom Futuro (280 mil hectares), ambas localizadas em Rondônia. Em 1998, será a vez da Floresta Nacional de Tefé (1.020 hectares), a primeira localizada no Amazonas a ter exploração cedida para a iniciativa privada.



IBAMA GARANTE FISCALIZAÇÃO

Verba de US\$ 1,2 milhão será gasta na análise das árvores que deverão ser extraídas

O Ibama garante que a exploração de madeira na área de 5 mil hectares do Pará a ser entregue à empresa privada que ganhar a licitação será rigidamente controlada. A empresa só poderá retirar parte das árvores nativas da área. Para controlar essa exploração, o Ibama garante que possui informações sobre árvore por árvore que serão extraídas. Para esse estudo, foi destinada uma verba de US\$ 1,2 milhão, proveniente da Organização Internacional das Madeiras Tropicais (Itto).

Num primeiro momento, a produção brasileira de madeira tropical não aumentaria muito: seriam produzidos a mais cerca de 45 mil m³ por ano, o que geraria cerca de US\$ 12 milhões.

Enquanto isso, o governo do Pará prepara-se para assinar um convênio no valor de R\$ 6,9 milhões com a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ)

para começar a recuperar e conter a devastação de florestas. O Projeto de Gestão Ambiental Integrada, que já funciona em fase experimental, atuará em

duas regiões: Moju-Capim, no nordeste do Estado, e na várzea do Tapajós, que possui duas áreas de preservação florestal e sete reservas indígenas. Segundo Nilson Pinto de Oliveira, secretário estadual de Meio Ambiente, o

modelo de recuperação florestal é inovador e deverá ser bem mais eficiente do que o adotado pelo Ibama. "Vamos colocar em prática um sistema que funciona", disse ele, referindo-se às falhas de fiscalização do Ibama por causa da carência de recursos.

A região dos Rios Moju e Ca-

pim já se encontra bastante degradada pela pecuária, pequena agricultura e exploração de madeira. Com o projeto, Oliveira espera que toda a região seja recuperada.

"A região do Rio Tapajós também está ameaçada", denunciou o secretário Oliveira. Segundo ele, todo o Oeste do Estado poderá ser prejudicado pelo já anunciado asfaltamento da BR-163 (Santarém—Cuiabá), pela construção da hidrovia do Tapajós, e pelo linhão da hidrelétrica de Tucuruí. "São obras que deverão intensificar a ação do homem sobre a floresta." Analisando esses dois exemplos (o de uma área devastada e de uma outra ainda não afetada pelo ho-

Governo do Pará assinará convênio com Alemanha para preservar florestas

mem), o secretário disse que a parceria com a GTZ será importante para definir uma ação que recupere áreas devastadas, mas evitando que os erros se repitam em outras regiões.

O resultado do projeto servirá de base para um modelo de monitoramento, controle e fiscalização que passará a ser definitivo no Estado.

A gestão ambiental, anunciou Oliveira, será descentralizada e estendida às prefeituras para que os municípios também possa ajudar no combate ao desmatamento da Amazônia. O projeto será avaliado e acompanhado pelo Programa-Piloto para a Proteção da Florestas Tropicais do Brasil, o PPG-7, financiado pelos sete países mais ricos do mundo. O programa total de investimentos é de US\$ 85 milhões para os nove Estados da Amazônia. O Pará receberá US\$ 10 milhões.